




À EXCELENTÍSSIMA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ/RS.

Ref.: Tomada de Preços N° 017/2022

Recurso Administrativo

PREGOEIRA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ	
PROTOCOLO GERAL	
N.º	2999/2022
Para:	Licitacoes
Em:	14/12/22
Por:	Protocolo



CONCREFOR - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 31.817.385/0001-08, com sede na Rodovia RS 223 km 48,6, S/N, Bairro Industrial na cidade de Ibirubá/RS, neste ato representada por seu representante legal, Sr CLEITON DA SILVA, brasileiro, portador do CPF n° 021.410.700-07, vem respeitosamente a V.S.ª, apresentar:

**RECURSO ADMINISTRATIVO A TOMADA DE PREÇOS
n° 017/2022**

em face da HABILITAÇÃO da licitante **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA** inscrita no CNPJ: **37.670.069/0001-32**, por não atender ao **Item 5.1.1 Da Habilitação** do instrumento convocatório c/ as disposições da Lei 8.666/93, nos moldes a seguir exarados:

1. BREVE SÍNTESE FÁTICA DO CERTAME:

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade de Tomada de Preços, capitulada sob o N° 017/2022, para contratação de Empresa **para execução em regime de empreitada integral, (material e mão de obra) destinados aos serviços de Pavimentação com Blocos de concreto em passeio público, destinado a caminhodromo municipal, ao**



longo da rua General Osório, bairro Pôr do Sol, neste Município de Ibirubá/RS, de acordo com o memorial descritivo, planilha orçamentária e cronogramas que fazem parte do edital, em conformidade com o Programa 0903-22 / Ação / Modalidade 0903-22021813- Ministério da Economia, publicada pelo Município de Ibirubá/RS, com recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrido na data de 08 de dezembro de 2022, às 09:00 horas.

Iniciado o certame restaram ao final declaradas habilitadas apenas a empresa **CONCREFOR - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ: 31.817.385/0001-08, e a Empresa **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA** inscrita no CNPJ: 37.670.069/0001-32.

Ato contínuo, a empresa **CONCREFOR - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, posteriormente manifestando interesse em entrar com Recurso Administrativo contra a Empresa ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA), a qual, *s.m.j*, a qual DEVE ser inabilitada no certame aqui exposto seguindo a Lei 8.666/93. Assim, requer a recorrente que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “*ad argumentandum*”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

É o breve relato dos fatos.

2. DAS RAZÕES RECURSAIS:

A Licitante ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA deixou de comprovar que a Pessoa que assina a documentação da Empresa era o proprietário da mesma, descumprindo assim a exigência do 5. Do Edital, onde descreve:

5. DA HABILITAÇÃO (Envelope nº1)

*Os proponentes interessados na autenticação das cópias, deverão procurar a comissão de licitação para proceder à autenticação, pois, em hipótese alguma serão autenticadas durante a realização do certame. Documentos emitidos pela internet são considerados originais, **bem como o Ato***



constitutivo, estatuto ou contrato social emitido pela Junta Comercial, onde não é necessário apresentar as folhas extras emitidas no site, somente as páginas que se referem ao Ato constitutivo, estatuto ou contrato social é suficiente.

Atestados registrados e emitidos pelos órgãos de classe, na nova versão com autenticação do órgão, também são considerados originais.

b) Se o proponente for representado por procurador, deverá juntar procuração ou credenciamento com firma do outorgante reconhecida em cartório com poderes para decidir a respeito de todos os atos constantes da presente licitação;

Ou seja, se a Empresa tem sua Razão Social como Ana Gabriele e a pessoa que assina como Representante Legal é IRUAN FERREIRA DA SILVA, fica claro que na documentação de Habilitação, **DEVE** apresentar o seu Contrato Social para atendimento ao item 5.1.1 letra b). O que não o fez, ressaltando dúvidas para as Empresas presentes, e inclusive a Pregoeira.

A Licitante **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA** inscrita no CNPJ: 37.670.069/0001-32, não cumpriu com a vinculação ao Edital ao deixar de apresentar o Contrato Social junto a Documentação de Habilitação. Somente no Credenciamento e no momento do certame esse documento não estava disponível para o acesso das outras empresas para a validação, se o responsável que assinou os documentos da empresa é de fato o sócio e tem essa permissão para assinatura.

Importante citar o que diz o art. 3º da Lei nº 8.666/93:

(...) entre os princípios básicos que regem a administração, está o da vinculação ao edital ou convite. O edital, como é sabido, é a lei interna da licitação, e as condições nele estabelecidas devem permanecer inalteradas até seu final. A regra dirige-se à Administração, nos termos do artigo 41 da Lei de Licitações, segundo o qual lhe é vedado descumprir art. 48, inc. II da mesma lei, o qual refere que a proposta e documentação será desclassificada quando em desconformidade com o edital.



Dessa feita a habilitação da Empresa **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA** inscrita no CNPJ: **37.670.069/0001-32**, fere diretamente os princípios atinentes aos certames licitatórios, em especial ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

“O instrumento convocatório é a lei interna da licitação que deve ser respeitada pelo Poder Público e pelos licitantes. (...) Trata-se de aplicação específica do princípio da legalidade, razão pela qual a não observância das regras e condições fixadas no instrumento convocatório acarretará a ilegalidade do certame”. verbis:

Tal princípio resta inclusive positivado na Lei 8.666/93, artigo 41, in

*“Art. 41. A Administração não pode **descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estrita.*

Este também é o entendimento do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:**

as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado. Direciona-se também aos licitantes, conforme APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. MUNICÍPIO DE PAVERAMA/RS. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE FROTA PÚBLICA E BENS IMÓVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA CORRETORA DE SEGUROS. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTANTES DO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NO ATO ATACADO.

Hipótese em que não se identifica irregularidade na participação de empresa corretora em licitação que visa a contratação de seguros. Existência de previsão expressa no edital quanto à possibilidade de participação de empresas corretoras, desde que preenchidas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (cláusulas 3.2 e 8.2).



Ademais, é sabido que quando da análise dos documentos apresentados para HABILITAÇÃO de qualquer certame NÃO PODE A ADMINISTRAÇÃO DEIXAR DE ANALISAR qualquer situação, documento ou informação que atinja diretamente a competitividade e a isonomia entre os participantes da licitação, a fim de que o licitante que seja declarado vencedor tenha de fato cumprido com todas as especificações do edital, permitindo, assim, julgar de forma objetiva as propostas apresentadas, O QUE NÃO IRA OCORRER NO CERTAME EM COMENTO.

Portanto, REQUER, desde já, que seja INABILITADO a licitante **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ: 37.670.069/0001-32.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

É o que se requer.

3. DOS PEDIDOS:

Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digno-se V. Exa. a receber o presente Recurso Administrativo, conhecendo, posteriormente suas razões, dando-lhe **TOTAL PROVIMENTO**, culminando assim na **INABILITAÇÃO** da licitante **ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ: 37.670.069/0001-32, como medida da mais transparente Justiça!

Nestes termos, pede deferimento.



Ibirubá/RS, 14 de dezembro de 2022.

CLEITON DA
SILVA:02141
070007

Assinado de forma
digital por CLEITON
DA
SILVA:02141070007
Dados: 2022.12.14
09:33:39 -03'00'

CONCREFOR - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ nº 31.817.385/0001-08

CLEITON DA SILVA

PROPRIETÁRIO

CPF nº 021.410.700-07